



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GOVERNO MUNICIPAL DE  
**BARRA DO RIO AZUL**



**PROCESSO Nº 033/2019**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019**

**OBJETO:** Cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do Município, com exclusividade, pelo período de 60 (sessenta) meses.

**DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 11 de julho de 2019 às 09:00 horas.

**EDITAL E INFORMAÇÕES:** junto a Prefeitura Municipal, pelo fone (54) 3613-1168 ou no site: [www.barradorioazul.rs.gov.br](http://www.barradorioazul.rs.gov.br)

Barra do Rio Azul, RS, 07 de junho de 2019.

**Marcelo Arruda**  
Prefeito Municipal



**PROCESSO Nº 033/2019**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019**

**CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE EFETUAR O PAGAMENTO DA FOLHA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, COM EXCLUSIVIDADE, PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL, BEM COMO AS EXPRESSAS NA LEI Nº 8.666/1993.**

**1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1. O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO RIO AZUL**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que no dia **11 de julho de 2019, às 09:00 horas**, na Sala do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul, se reunirá a Comissão de Licitações com a finalidade de receber propostas para cessão onerosa nos termos do presente Edital e seus anexos e, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e com as Resoluções nº 3.402/06, nº 3.424/06, nº 4.659/18 e Circular nº 3.522/11, do Banco Central do Brasil - BACEN.

**2. DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto desta licitação a seleção de instituição financeira e/ou cooperativa de crédito para a cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do Município, incluindo-se o serviço de realizar o pagamento dos servidores públicos municipais, ativos e inativos, estatutários, celetistas e contratados temporariamente, do poder executivo e legislativo, em número aproximado de 150 (CENTO E CINQUENTA) matrículas, podendo ocorrer variações, para mais ou para menos, ao longo do período de duração do contrato.

2.2. É parte integrante da presente licitação a minuta do contrato de cessão a ser firmado com o licitante vencedor, complementando o edital e vinculando-se a este em todos os seus termos.

**3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS**

3.1. As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação em dia, hora e local mencionado no preâmbulo, datilografada, assinada pelo proponente ou seu procurador constituído, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, contendo na sua parte externa e fronteira, como sugestão, a seguinte inscrição:

- AO MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL
- CONCORRÊNCIA Nº 002/2019
- ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
- PROPONENTE: Nome ou Razão Social completa do(a) licitante



**-AO MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL**

**-CONCORRÊNCIA Nº 002/2019**

**-ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA**

**-PROPONENTE: Nome ou Razão Social completa do(a) licitante**

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA HABILITAÇÃO**

4.1 Poderão participar da presente Concorrência Pública as instituições financeiras e as cooperativas de crédito que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

4.2 Não será admitida a participação de instituições financeiras e/ou cooperativa de crédito que se encontrem:

- a) Em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;
- b) Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública e as declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública.
- c) Que atendam, conforme o caso, os dispositivos do Banco Central do Brasil – BACEN, em especial as Resoluções nº 3.402/06, nº 3.424/06, nº 4.659/18 e Circular nº 3.522/11.

4.3. No envelope nº 01 (Documentação) deverá constar:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício.
- b) Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- c) Autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil;
- d) Declaração do Banco Central do Brasil de que não se encontra em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;
- e) Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas: Federal/União, Estadual e Municipal, do domicílio da licitante;
- f) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS (na forma da Lei);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- i) Declaração da empresa licitante de que não está descumprindo ao disposto no art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal, ou seja, que a empresa não mantém menores em condições irregulares.

4.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por tabelião de notas ou por funcionário do Município, ou publicação na imprensa oficial.

#### **5. DA PROPOSTA**

5.1. No envelope nº 02 (Proposta) deverá constar:

- a) A proposta em linguagem clara e explicativa, sem emendas rasuras ou entrelinhas, datadas e assinadas por seu representante legal, contendo os valores expressos em reais, duas casas



após a vírgula, indicando o valor da oferta pela cessão do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores, a qual deverá ser expressa em moeda corrente nacional.

b) O prazo mínimo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data designada para entrega dos envelopes. Se na proposta não constar o prazo de validade subentende-se 60 (sessenta) dias.

c) Serão desconsideradas as propostas que apresentarem valor inferior a R\$ 44.063,82 (quarenta e quatro mil, sessenta e três reais e oitenta e dois centavos), valor este que corresponde ao percentual de 10% (dez por cento) do total bruto da folha de pagamento referência maio/19.

d) Outros esclarecimentos que o proponente julgar importante.

5.2. Não serão considerados os itens das propostas que contiverem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões, não ressalvados, a não ser quando consignados na ata de encerramento da licitação.

5.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estabelecidas após abertas as propostas.

## **6. DO JULGAMENTO**

6.1. O julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o maior lance ou oferta, ou seja, a maior proposta em valores.

6.2. Esta licitação será processada e julgada com a observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

6.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o sorteio, em ato público, na forma do § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93.

## **7. DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

7.1. Caberá à Comissão de Licitação:

7.1.1. Receber os envelopes Documentação e Proposta na forma estabelecida neste Edital.

7.1.2. Proceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação, que será rubricada por todos os presentes, folha por folha.

7.1.3. Examinar a documentação, nos termos deste Edital e da Lei nº 8.666/93, rejeitando a apresentada de maneira deficiente ou incompleta. Neste caso, o envelope nº 02, fechado e rubricado por todos os presentes, será devolvido ao interessado após a homologação do julgamento final da concorrência objeto deste Edital.

7.1.4. Uma vez abertos os envelopes da Documentação, após terem sido julgados habilitados ou rejeitados os concorrentes, na mesma sessão pública, ou em sessão subsequente a ser designada, a Comissão julgadora procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, determinando que seja lidas e rubricadas pelos presentes. Os envelopes contendo as propostas dos concorrentes inabilitados permanecerão fechados e, após rubricados, serão devolvidos.

7.1.5. Será considerado vencedora a Pessoa Jurídica que apresentar o **MAIOR LANCE OU OFERTA**.



7.1.6. Lavrar atas circunstanciadas das sessões da licitação, que serão assinadas pelos membros da Comissão Julgadora e por todos os licitantes presentes, independente de terem ou não sido julgados habilitados.

7.1.7. A Comissão Julgadora, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligência, visando esclarecer ou completar a instrução do processo.

7.1.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, baseada nas ofertas dos demais licitantes.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas pelo art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **9. DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO DE CESSÃO**

9.1. Após esgotados todos os prazos para recursos, no termos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, a administração, no prazo de 05 (cinco) dias, notificará o vencedor para celebrar o Contrato de Cessão.

9.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item anterior.

9.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em iguais condições propostas pelo 1º classificado, ou então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas pelos arts. 81 e 87 da Lei nº 8.666/93.

## **10. DA FORMA DE PAGAMENTO**

10.1. A contratação decorrente da presente Licitação de Concorrência tem caráter oneroso, sendo que o Cessionário deverá efetuar o pagamento do valor proposto em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato de Cessão.

## **11. DA VIGÊNCIA**

11.1. O prazo de vigência da Cessão será de 60 (sessenta) meses, contados da data da assinatura do Contrato de Cessão, não podendo ser prorrogado.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA**

12.1 São obrigações da cessionária:

12.1.1 A partir da assinatura do contrato de cessão, dispor de no mínimo uma agência e/ou posto de atendimento no Município de Barra do Rio Azul/RS, que conte com no mínimo 01 (um) caixa de atendimento, 01 (uma) máquinas de atendimento eletrônico, pessoal interno para atendimento dos servidores. A agência/posto de atendimento deverá funcionar em horário bancário, ininterruptamente, nos dias úteis e deve obrigatoriamente contar com sistema de monitoramento e no mínimo 01 (um) vigilante para a segurança do estabelecimento e usuários no horário de funcionamento.



12.1.2 Dispor de sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line, arcando com todas as despesas de adaptação, se necessárias;

12.1.3 Não transferir ou ceder as suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do Município;

12.1.4 Oferecer aos servidores municipais, sem a cobrança de qualquer tarifa, a cesta de serviços abaixo descrita. Os demais serviços prestados pela instituição financeira e/ou cooperativa de crédito, e voluntariamente contratados pelos servidores, poderão ser remunerados de acordo com a tabela de tarifas da instituição financeira e/ou cooperativa de crédito;

12.2 A cesta de serviços, deve compreender, no mínimo, os seguintes produtos/serviços:

- a) Abertura e manutenção de conta salário;
- b) Transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;
- c) Saques, totais ou parciais, dos créditos;
- d) Acesso ilimitado a consultas mensais ao saldo nos terminais de autoatendimento ou diretamente nos guichês de caixa;
- e) Fornecimento de pelo menos 02 (dois) extratos com a movimentação da conta nos últimos trinta dias, por meio dos terminais de autoatendimento ou diretamente nos guichês de caixa;
- f) Fornecimento e manutenção de cartão magnético.

12.3 Para os servidores que optarem pela transferência total e automática dos créditos para outras instituições, será vedado o fornecimento de cartão magnético e de talão de cheques, em atendimento ao disposto no art. 6º, §2º, da Resolução nº 3.424/06, do BACEN.

12.4 Prestar serviços de arrecadação de tributos e taxas municipais, autorizando a emissão e efetuando as cobranças de títulos emitidos pelo Município, ao custo unitário máximo de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos) por título arrecadado/recebido, independente do canal utilizado pelos contribuintes para pagamento. O valor poderá ser corrigido anualmente, de acordo com a variação acumulada do índice IPC-A/IBGE, apurada nos últimos 12 (doze) meses de vigência.

### **13. CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.1 Nos casos em que o servidor optar pela transferência de sua remuneração para conta bancária de outra instituição financeira e/ou cooperativa de crédito, basta ao servidor formalizar essa opção junto à cessionária uma única vez, não sendo necessária a formalização nos meses seguintes.

13.1.1 Nesses casos, os valores a serem transferidos deverão estar à disposição, na conta bancária informada pelo servidor, na mesma data em que estiverem disponíveis na instituição financeira e/ou cooperativa de crédito cessionária para os demais servidores do Município.

13.2 O licitante vencedor não poderá cobrar tarifas bancárias sobre as contas mantidas em nome do Município e a movimentação das mesmas, durante a vigência do contrato, bem como o pagamento dos servidores não implicará em qualquer custo ao ente público.



13.3 Os créditos a serem lançados nas contas dos servidores, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento, gratificação natalina (décimo terceiro salário), férias e demais créditos originários do vínculo entre cada servidor e o Município.

13.4 O Município enviará a relação nominal dos servidores, contendo os dados necessários para o pagamento, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, da data do crédito.

13.5 O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros com antecedência mínima de 01 (um) dia da seguinte maneira:

D - 1 = data para ser repassado o arquivo.

D 0 = data da entrega dos recursos pelo Município para a instituição financeira e/ou cooperativa de crédito Contratada.

D + 1 = crédito na conta do servidor, disponível para saque. O processamento do crédito deverá ser feito imediato.

13.6 A Pirâmide Salarial (valor e quantidade de matrículas por faixa salarial), referente ao mês de maio/2019, é definida da seguinte forma:

R\$0,00 até R\$1.000,00	005 servidores
R\$1.001,00 a R\$2.000,00	044 servidores
R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	044 servidores
R\$ 3.001,00 a R\$4.000,00	024 servidores
R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	018 servidores
R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	014 servidores
R\$ 7.001,00 a R\$ 10.000,00	001 servidor
Acima de R\$ 10.000,00	001 servidor

OBS.: A quantidade de matrículas e servidores por faixa salarial poderá variar conforme pagamento de horas extras; funções gratificadas; convocações e/ou demais créditos originários do vínculo entre cada servidor e o Município.

13.7 Valor aproximado da folha de pagamento (base salarial – maio/2019):

Total Bruto: R\$ 440.638,17 (quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e trinta e oito reais e dezessete centavos);

Total Líquido: R\$ 363.609,12 (trezentos e sessenta e três mil, seiscentos e nove reais e doze centavos).

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

14.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.



14.3. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e proposta exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

14.4. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

14.5. Os documentos retirados dos envelopes, para o julgamento da habilitação, serão rubricados pela Comissão julgadora e pelos representantes ou procuradores dos demais licitantes. O procedimento será repetido quando da abertura das propostas.

14.6. Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

14.7. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos concorrentes retardatários.

14.8. Ao Prefeito Municipal, fica assegurado o direito de revogar ou anular esta licitação, conforme art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.9. Em caso de desistência pelo vencedor (a) da presente licitação, o Município, a critério do Prefeito, poderá aplicar qualquer das sanções previstas pelo art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.10. Do contrato a ser assinado com o (a) licitante vencedor (a) deverão constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.11. Os interessados que desejarem quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação - modalidade Concorrência - serão atendidos, durante o expediente, na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Rio Azul, localizada na Rua das Rosas, nº 268.

14.12. O Município de Barra do Rio Azul poderá revogar a presente licitação por interesse público, bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.

14.13. A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar, por parte do Município de Barra do Rio Azul, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94.

14.14. As decisões da Comissão somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente ou seu representante legal.

Barra do Rio Azul, RS, 07 de junho de 2019.

**Marcelo Arruda,**  
**Prefeito Municipal.**